

Benito: propostas contra fraude.

DEPUTADO DEFENDE CRIAÇÃO DE COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O deputado Benito Gama (PFL-BA), que coordenou a Subcomissão de Bancos da CPI do Orçamento e presidiu a CPI do caso PC Farias, defende mudanças radicais no processo de elaboração do Orçamento para evitar a repetição dos desvios de recursos públicos verificados ao longo de cem dias de investigações. Benito prega a redução drástica do número de integrantes da Comissão de Orçamento do Congresso e a criação, no âmbito do Legislativo, da Comissão de Fiscalização e Controle, que faria o acompanhamento permanente da execução orçamentária. Nesta entrevista a **Guilherme Evelin**, Benito ainda revela que enfrentou muito mais pressões na CPI do Orçamento do

que na comissão que resultou na destituição do ex-presidente Fernando Collor. "Foi um jogo de pressões fantástico, uma coisa dramática."

JT - Para o senhor, que presidiu a CPI do caso PC, o que foi mais marcante na CPI do Orçamento?

Benito Gama - Uma lição importante desse processo é que, quando o Congresso realmente quer decidir, investigar, fazer as coisas corretas, ele consegue e faz. O Congresso não deve, então, nunca fechar os olhos para problemas como esse do Orçamento, que estava sendo denunciado havia cinco anos, e havia cinco anos vinha sendo levado em fogo brando. A decisão de investigar é positiva. Foi assim no Orçamento e deve ser assim

com qualquer denúncia fundamentada que o Congresso receba.

O que faltou ser investigado na CPI do Orçamento e que ainda deve ser investigado?

A CPI não teve tempo para fazer um trabalho completo. O prazo de quase cem dias que a CPI teve foi necessário, mas não suficiente para investigar profundamente todas as fraudes no Orçamento. Para suprir essa falha, essa fiscalização do Orçamento tem que passar a ser feita em caráter permanente. O Poder Executivo também tem que

passar a ser fiscalizado mais rigorosamente pelo Congresso e pelo próprio Executivo. A solução é a criação de mecanismos de fiscalização permanentes como uma Comissão de

O Executivo também tem que passar a ser fiscalizado mais rigorosamente

Fiscalização e Controle no Congresso.

Que mudanças institucionais devem ser promovidas para evitar a repetição dos escândalos apurados pela CPI?

Em primeiro lugar, acho que a Comissão de Orçamento tem de ser reduzida drasticamente e ter o seu número diminuído para 20 membros. É fundamental também uma modificação no planejamento do Orçamento. As transferências individuais e voluntárias de recursos para Estados e Municípios têm de ser eliminadas. O Orçamento hoje é pulverizado em milhares de projetos sem o mínimo ordenamento. Para acabar com isso, ele tem que passar a ser preparado de acordo com programas em nível regional e estadual. É im-



Arquivo/AE

Benito: clima favorável à moralização.

portante, ainda, que as comissões técnicas permanentes da Câmara e do Senado participem da discussão do Orçamento, de modo que a Comissão de Educação, por exemplo, influa no Orçamento do Ministério da Educação. Nessa comissão é que estão os especialistas em educação do Congresso, capazes de formular um projeto educacional integrado para o País, que não é simplesmente construir salas de aula em todos os Estados, mas sem as mínimas condições de funcionar. Tem que haver, portanto, uma sistematização do Orçamento, para que ele atenda às prioridades nacionais e para evitar os desní-

veis regionais, acentuados toda vez que um ministro da Bahia ou do Pará ou de qualquer outro lugar assume e manda todo o dinheiro do ministério para o seu Estado.

Muitas dessas propostas já haviam sido recomendadas pela CPI do PC, mas não viraram realidade. Depois da CPI do Orçamento, o senhor acredita que existe no Congresso ambiente político favorável para que essas mudanças afinal ocorram?

O clima no Congresso continua muito tenso. Investigar colegas não é uma tarefa fácil. Mas acredito que, a partir das recomendações incluídas no relatório final do deputado Ro-

berto Magalhães, essas mudanças se tornem possíveis. Não basta ler o relatório, é preciso dar consequência a ele.

O senhor está otimista?

Estou, porque a CPI do Orçamento foi um desdobramento da CPI do caso PC. A partir de agora, acredito que o Congresso vai assumir um papel de fiscalização muito mais ativo. Os políticos que vão entrar no Congresso vão ter de saber também que a imunidade parlamentar não existe para acobertar crimes comuns, e eles vão ter de responder como cidadãos comuns

aos erros que eles cometem nas suas vidas privadas. Eu tenho certeza de que as coisas mudaram muito no Brasil da CPI do caso PC para cá. Uma re-

volução política, que está exigindo dos homens públicos maior ética e transparência, foi instalada no País e está em pleno andamento.

O senhor concorda, portanto, com a necessidade de mudanças na legislação sobre a imunidade parlamentar?

Sem dúvida nenhuma. A imunidade parlamentar hoje no Brasil tem distorções fantásticas. O que ocorre muitas vezes é que as pessoas compram um mandato de deputado federal ou de senador para esconder delitos gravíssimos cometidos em suas vidas privadas. No fundo, a imunidade não é a imunidade, mas a impunidade parlamentar. Tenho certeza que agora na revisão constitucional vai haver mudanças na

imunidade parlamentar, que tem de ser aplicada ao exercício político, para garantir, por exemplo, o direito de expressão de opinião.

Alguma revelação na CPI deixou o senhor particularmente estarrecido?

Uma coisa que realmente me deixou estarrecido é a facilidade com que as pessoas que utilizam o sistema financeiro podem abrir uma conta nos bancos, sem se identificar. No relatório da Subcomissão de Bancos, propomos mecanismos de identificação dos correntistas,

para evitar as contas fantasmagóricas e os "laranjas" que encontramos na CPI do caso PC e também na do Orçamento.

A pressão política foi maior na CPI do caso PC ou na do Orçamento?

São duas histórias diferentes. Mas a CPI do Orçamento foi muito mais difícil. Fiscalizar e investigar a própria Casa, os próprios colegas, é uma missão dura não só para deputado, mas também para jornalistas, médicos, advogados e qualquer outra categoria. Foi um jogo de pressões fantástico, uma coisa dramática.

Vi colegas tensos, chorando pelos corredores, junto com as mulheres, os filhos, os familiares. Investigar pessoas com quem você convive é muito duro e, do ponto de vista emocional, arrasador. Por isso, costumo dizer que nós, que integramos a CPI do Orçamento, somos ex-combatentes. Saímos de uma guerra. Graças a Deus, vivos.